

Relatório de Progresso Final do Projeto

1 – Identificação do Projeto

BRA/12/G31

Fonte de Cooperação Externa

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Agência Executora Nacional

Ministério do Meio Ambiente

Título do Projeto

Planejamento da Biodiversidade Nacional para apoio à implementação do Plano Estratégico CBD (Convenção sobre Diversidade Biológica) 2011-2020 no Brasil(NBSAP)

Áreas Geográficas Beneficiadas (Região, Estados, Municípios)

Município Todos os municípios do país (Brasil)

Endereço / Telefone / Fax da Unidade Central de Execução

Endereço: SEPN 505 lote 2 bloco b 5º andar - ed Marie Prendi Cruz

Município	UF	CEP	DDD	Telefone 1	Telefone 2	E-mail
NÃO SE APLICA	-	70730542	61	20282057	20282028	margarida.felix@mma.gov.br

Coordenador Nacional do Projeto

Lídio Coradin

Início do Projeto	Finalização do Projeto	Duração do Projeto (em meses)
27/8/2013	30/9/2017	49

Orçamento do Projeto

Moeda	Origem da contribuição	Valores financeiros	Valores não financeiros
Dólar Americano	Organismo Internacional - Próprio	245.948,37	0,00
Orçamento Total na moeda		245.948,37	0,00

2 – Execução técnica do Projeto (por Objetivo e Resultado) como preenchida no Relatório Final

Obj	Res	Situação	Progresso
1	1	Implementado	<p>Indicadores previstos Número de revisões realizadas.</p> <p>Impactos do projeto Essa revisão foi parte do trabalho de uma consultora contratada para elaborar o 5º Relatório Nacional para a CDB e apoiar a atualização da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) brasileira. A consultora analisou, sistematizou e consolidou os resultados e demais documentos disponíveis sobre o processo de Diálogos de Biodiversidade e do Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, com análise da suficiência e/ou lacunas de informação, de forma a obter subsídios para a atualização da EPANB e também para utilização no 5º Relatório Nacional para a CDB.</p> <p>Justificativa por atraso ou não implementação .</p>
1	2	Implementado	<p>Indicadores previstos Desenvolvimento de metas nacionais em resposta às Metas de Aichi globais.</p> <p>Impactos do projeto Diálogos sobre Biodiversidade. Em 2011 o MMA, em parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil), iniciou um processo conhecido como "Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020". Esse processo buscou aumentar a participação de todos os setores (academia, indústria, governos, organizações não-governamentais, comunidades locais e povos indígenas) na construção das novas metas nacionais de biodiversidade para o ciclo 2011-2020. Para lidar com a complexidade do processo, devido à variedade de setores e ao grande número de participantes envolvidos, as instituições organizadoras (MMA, UICN, IPÊ, WWF-Brasil) optaram por criar uma estrutura abrangente de governança, envolvendo representantes de todos os setores envolvidos, que foram organizados em dois níveis. Um nível mais operacional foi organizado em cinco comitês setoriais, responsáveis por apoiar ativamente a organização dos Diálogos entre seus respectivos pares. Esses comitês setoriais auxiliaram na definição da lista de convidados para os eventos e dos expositores, bem como nas discussões para definição da metodologia e dinâmica dos encontros e dos produtos a serem gerados. O segundo nível, mais gerencial, foi constituído por um comitê ampliado, composto por um grupo menor de representantes de cada setor e das instituições organizadoras. O comitê ampliado era responsável pelas definições estratégicas do processo dos Diálogos. Desse processo resultou, após discussão na CONABIO, a Resolução nº 6, de 3 de setembro de 2013, que estabelece as 20 Metas Nacionais de Biodiversidade e seus princípios de internalização.</p> <p>Justificativa por atraso ou não implementação .</p>

Relatório de Progresso Final do Projeto

Obj	Res	Situação	Progresso	
1	3	Implementado	Indicadores previstos	Estabelecimento de um grupo de trabalho multi-setorial/multi-atores.
			Impactos do projeto	Com relação ao grupo de trabalho multi-setorial, podemos dividi-los em dois grupos que foram criados em momentos diferentes: - Diálogos sobre Biodiversidade. Em 2011 o MMA, em parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil), iniciou um processo conhecido como "Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020". Esse processo buscou aumentar a participação de todos os setores (academia, indústria, governos, organizações não-governamentais, comunidades locais e povos indígenas) na construção das novas metas nacionais de biodiversidade para o ciclo 2011-2020. Para lidar com a complexidade do processo, devido à variedade de setores e ao grande número de participantes envolvidos, as instituições organizadoras (MMA, UICN, IPÊ, WWF-Brasil) optaram por criar uma estrutura abrangente de governança, envolvendo representantes de todos os setores envolvidos, que foram organizados em dois níveis. Um nível mais operacional foi organizado em cinco comitês setoriais, responsáveis por apoiar ativamente a organização dos Diálogos entre seus respectivos pares. Esses comitês setoriais auxiliaram na definição da lista de convidados para os eventos e dos expositores, bem como nas discussões para definição da metodologia e dinâmica dos encontros e dos produtos a serem gerados. O segundo nível, mais gerencial, foi constituído por um comitê ampliado, composto por um grupo menor de representantes de cada setor e das instituições organizadoras. O comitê ampliado era responsável pelas definições estratégicas do processo dos Diálogos. Desse processo resultou, após discussão na CONABIO, a Resolução nº 6, de 3 de setembro de 2013, que estabelece as 20 Metas Nacionais de Biodiversidade e seus princípios de internalização. - Painel Brasileiro de Biodiversidade. Criado em 2014, tem a missão de "Contribuir para a conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira, promovendo sinergias entre instituições e áreas de conhecimento, disponibilizando informação científica para a sociedade, fomentando capacitações em diversos níveis e subsidiando tomadas de decisão e políticas públicas para o alcance das Metas de Aichi no Brasil". Teve forte atuação na elaboração da EPANB e tem atuado em sua implementação. - Neste Resultado também foi trabalhada a definição e o aprimoramento dos indicadores para as Metas Nacionais de Biodiversidade. Para isso algumas reuniões do PainelBio foram apoiadas, assim como a contratação de uma consultoria para detalhar os indicadores selecionados, com a preparação de fichas técnicas para cada indicador e elaborar uma estratégia de monitoramento desses indicadores, bem como de comunicação desses indicadores à sociedade.
			Justificativa por atraso ou não implementação	.
2	1	Implementado	Indicadores previstos	Status da NBSAP frente às diretrizes do Plano Estratégico da CDB.
			Impactos do projeto	Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 publicadas (Resolução CONABIO nº 6 de 3 de setembro de 2013).
			Justificativa por atraso ou não implementação	.
2	2	Implementado	Indicadores previstos	Status da NBSAP frente às diretrizes do Plano Estratégico da CDB (2011-2020).
			Impactos do projeto	- Realização de quatro Reuniões Ordinárias da CONABIO para apresentação e discussão da EPANB. - Realização de três Reuniões do Painel Bio para apresentação e discussão da EPANB no âmbito da Estratégia de Implementação e de Adesão dos demais Parceiros. Na primeira reunião a versão preliminar da EPANB foi apresentada à sociedade e grupos de trabalho discutiram como fortalecer o documento tendo como base o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, das Metas Nacionais de Biodiversidade e a integração das questões de gênero. Na segunda reunião foi discutido como fortalecer a EPANB, e como se daria o processo de adesão dos demais setores. Já terceira reunião teve como objetivos apresentar a versão mais atualizada da EPANB e os avanços relacionados à sua implementação, bem como discutir com as instituições aderentes a estratégia de implementação e acompanhamento do Plano de Ação.
			Justificativa por atraso ou não implementação	.
2	3	Implementado	Indicadores previstos	Status da NBSAP frente às diretrizes do Plano Estratégico da CDB (2011-2020).
			Impactos do projeto	A primeira versão da EPANB foi entregue ao Secretariado da CDB em 2016, contendo apenas as ações e informações relacionadas à Secretaria de Biodiversidade do MMA. Em seguida a essa entrega, deu-se início à ampliação do foco da EPANB, para que ela se tornasse, de fato, uma Estratégia Nacional. Assim, deu-se início a um processo de adesão das demais instituições dos demais setores da sociedade à EPANB e foi elaborada e entregue à CDB em 2017 uma nova versão da EPANB, com a participação de 66 instituições.
			Justificativa por atraso ou não implementação	.
3	1	Implementado	Indicadores previstos	Atualização e melhoria dos mecanismos de intermediação (CHM). Status das estruturas de capacitação, tecnologias e financeira para implementação da NBSAP revisado.
			Impactos do projeto	- Inicialmente contratamos uma consultoria de pessoa física para realizar levantamento dos gastos federal, estaduais e do setor privado referentes à biodiversidade desde 2006 até 2015. No entanto, o consultor desistiu do trabalho. - Contratamos uma consultoria pessoa jurídica dar apoio no processo de adesão de órgãos e instituições de diversos setores, como governos federal e estadual, setor empresarial, sociedade civil, academia etc., à EPANB, reunindo e incorporando as contribuições recebidas para a consolidação técnica do documento da Estratégia. Para sanar a lacuna deixada pela não realização da consultoria pessoa física citada acima, além de outras necessidades no processo de elaboração da EPANB, foi realizada uma Fase 2 da consultoria pessoa jurídica, visando dar continuidade ao processo de fortalecimento da EPANB, por meio do desenvolvimento de planos de monitoramento para acompanhar a implementação da EPANB, comunicação e mobilização de recursos. - Na revisão substantiva do Projeto, no Resultado 3.1, houve a exclusão da avaliação sobre necessidades de capacitação e tecnologia, refletindo também no indicador. Estas atividades não serão mais realizadas, pois com a inclusão da consultoria para elaborar e apoiar a implementação de um plano de mobilização para promover adesões, compilação de informações e ajustes na EPANB ocorreu a necessidade de realocação de recursos financeiros, além de demandar bastante tempo e dedicação da equipe.
			Justificativa por atraso ou não implementação	.

Relatório de Progresso Final do Projeto

Obj	Res	Situação	Progresso	
3	2	Implementado	Indicadores previstos	Atualização e melhoria dos mecanismos de intermediação (CHM). Status das estruturas de capacitação, tecnologias e financeira para implementação da NBSAP revisado.
			Impactos do projeto	- Equipe da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente dedicada à implementação da CDB no Brasil fortalecida. - Não foi estabelecido um CHM específico para o Brasil. Ainda é preciso avançar nesse sentido. No entanto, além da página do MMA, o País dispõe de novos mecanismos, tais como o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR - http://www.sibbr.gov.br) e o Portal da Biodiversidade (https://portaldabiodiversidade.icmbio.gov.br/portal/). Além disso, conforme consta no Plano de Ação da EPANB, Meta 19 Ação 1, está sendo implementado um Módulo de Apoio à Tomada de Decisão sobre Biodiversidade (MAD) no SiBBR. Além disso, para o monitoramento do Plano de Ação da EPANB, assim como para outras atividades de comunicação entre as instituições aderentes, estamos utilizando a Plataforma web do MMA, Biosfera.
			Justificativa por atraso ou não implementação	.
3	3	Implementado	Indicadores previstos	Atualização e melhoria dos mecanismos de intermediação (CHM). Status das estruturas de capacitação, tecnologias e financeira para implementação da NBSAP revisado.
			Impactos do projeto	- Elaboração do 5º Relatório Nacional para a CDB, em português e em inglês. Diagramação e impressão do documento. - EPANB traduzida e diagramada e enviada ao Secretariado da CDB, contendo componentes de mobilização de recursos, comunicação e monitoramento.
			Justificativa por atraso ou não implementação	.

3 – Execução Financeira anual categorizada

a) Desembolsos até 31 de dezembro de 2015

(Não foi localizado nenhum desembolso para o Projeto até 2015)

b) Desembolsos a partir de 1º de janeiro de 2016

(Não foi localizado nenhum desembolso para o Projeto a partir de 2016)

4 – Avaliação Final do Desempenho do Projeto

a) Questões que motivaram a concepção do Projeto

O projeto foi motivado pelos compromissos brasileiros assumidos junto à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em particular os processos de planejamento de biodiversidade e relatórios da Convenção, e seu compromisso de implementar, em nível nacional, o Plano Estratégico da CDB para o período 2011-2020.

b) Objetivos Imediato/Específicos do Projeto

Resultado 1: Um exercício de levantamento participativo em planejamento de biodiversidade e o desenvolvimento de metas nacionais de biodiversidade em resposta às Metas de Aichi globais.

Resultado 2: EPANB revisada/atualizada e integrando totalmente novos aspectos do plano estratégico da CDB, como integração e ancoragem de sua implementação em estruturas nacionais de desenvolvimento, valorizando serviços ecossistêmicos e promovendo adaptação e resiliência baseadas em ecossistemas

Resultado 3: Estruturas nacionais para mobilização de recursos, relatório de Convenção, e mecanismos de troca estabelecidos e fortalecidos

c) Registrar o grau de alcance dos Objetivos Imediato/Específicos (comentar cada Objetivo)

1) Resultado 1 foi alcançado por meio de dois processos principais:

a. Processo dos Diálogos da Biodiversidade, em que foram estabelecidos cinco comitês setoriais, responsáveis por apoiar ativamente a organização dos Diálogos entre seus respectivos pares, e um comitê ampliado, composto por um grupo menor de representantes de cada setor e das instituições organizadoras, responsável pelas definições estratégicas do processo dos Diálogos. Esse processo culminou na publicação da Estratégia Nacional de Biodiversidade, Resolução CONABIO nº 6 de 3 de setembro de 2013.

b. Criação em 2014 do Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio), como um dos instrumentos potenciais para implementação, monitoramento, geração de conhecimento e desenvolvimento de capacidades para o alcance das Metas Nacionais. O primeiro desafio do PainelBio foi propor um conjunto de indicadores para monitorar o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade. Além disso, o PainelBio foi um forte aliado na elaboração da EPANB e também em sua implementação, em andamento.

2) Resultado 2 foi alcançado por meio da entrega ao Secretariado da CDB de uma versão da EPANB em 2016, mais focada nas ações da SBio, e outra atualizada em 2017, com a adesão de 66 instituições.

3) Resultado 3 foi alcançado por meio da elaboração e entrega ao Secretariado da CDB do 5º Relatório Nacional para a CDB, além da entrega de uma segunda versão da EPANB com o desenvolvimento de planos de monitoramento para acompanhar sua implementação comunicação e mobilização de recursos.

d) Breve descrição da situação pós-Projeto comparativamente à situação pré-Projeto

O Brasil está em dia com seus compromissos perante à CDB de enviar um relatório a cada 4 anos contendo descrição detalhada da implementação da Convenção no país, assim como de atualizar sua Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB ou NBSAP, em inglês).

Foi criado o Painel Brasileiro de Biodiversidade. Criado em 2014, tem a missão de "Contribuir para a conservação e uso sustentado da biodiversidade brasileira, promovendo sinergias entre instituições e áreas de conhecimento, disponibilizando informação científica para a sociedade, fomentando capacitações em diversos níveis e subsidiando tomadas de decisão e políticas públicas para o alcance das Metas de Aichi no Brasil". Teve forte atuação na elaboração da EPANB e tem atuado em sua implementação.

Relatório de Progresso Final do Projeto

5 – Beneficiários do Projeto

a) Quais foram os beneficiários diretos e indiretos do Projeto? Sobre quem impactaram os Resultados/Produtos?

Principalmente sobre os governos federal e estaduais, sobre a academia, ONGs e setor privado. O impacto foi menor sobre os governos municipais e sobre as comunidades indígenas e povos tradicionais.

Das 66 instituições e programas que contribuíram com a elaboração da EPANB, 52 enviaram ações para compor o Plano de Ação. Podemos agrupá-los em oito esferas de atuação: secretarias do MMA; entidades vinculadas ao MMA; Ministérios, secretarias especiais e empresas públicas; institutos/instituições vinculadas a Ministérios; OEMAs; Sociedade civil (ONGs); financiadoras e setor privado; academia. Das 52 instituições e programas que contribuíram para o Plano de Ação, os grupos mais representativos foram as OEMAs (27%), Sociedade Civil (ONGs) (21%) e Academia (17%), representando juntos 65% do total. O número de instituições por esfera de ação foi variável, por exemplo, na esfera de “Financiadores e Setor Privado” somente uma instituição aderiu à EPANB com contribuições, o que representa 2% dentre as 52, enquanto outros grupos apresentaram uma maior representatividade.

b) De que maneira os beneficiários participaram da implementação do Projeto?

Por meio das discussões para proposição das Metas Nacionais de Biodiversidade, por meio do fornecimento de informações para a elaboração do 5º Relatório Nacional para a CDB, por meio da participação nas discussões para o fortalecimento da EPANB no âmbito do PainelBio, por meio da inserção de suas ações no Plano de Ação da EPANB.

c) Indicar eventuais mecanismos inter-institucionais estabelecidos com os beneficiários (ou atividades envolvendo os beneficiários) visando a sustentabilidade dos Resultados/Produtos alcançados pelo Projeto

O principal foi a inserção das ações no Plano de Ação da EPANB, visando contribuir para o atingimento das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 e, por conseguinte, com as Metas de Aichi.

O Plano de Ação da EPANB foi desenvolvido inicialmente com as ações sob responsabilidade da Secretaria de Biodiversidade – SBio/MMA e em seguida foram adicionadas as ações das instituições e programas que aderiram ao processo de construção da EPANB. Na estrutura do Plano de Ação, as instituições e programas contribuintes (aderentes) estão agrupadas de acordo com sua esfera de atuação:

- Grupo 1: Secretarias do MMA (incluindo SBio);
- Grupo 2: Entidades Vinculadas ao MMA;
- Grupo 3: Ministérios, Secretarias Especiais e Empresas Públicas;
- Grupo 4: Institutos/Instituições (inclui os de pesquisa) vinculados a Ministérios;
- Grupo 5: Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) e Municipais;
- Grupo 6: Sociedade Civil (ONGs e afins)
- Grupo 7: Financiadoras e Setor Privado;
- Grupo 8: Academia (Pesquisas Ecológicas de Longa Duração - PELD e Programas de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio)

O Plano de Ação também reflete o esforço de estruturação e fortalecimento da EPANB em nível nacional, incluindo os compromissos estabelecidos pelos demais setores da sociedade e instituições de governo, e dá continuidade ao processo participativo de construção: desde a definição da Estratégia Nacional para a Biodiversidade, o processo Diálogos sobre a Biodiversidade, a construção de subsídios para um Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, a criação do PainelBio, a construção participativa de indicadores para as metas nacionais, e a estruturação do documento da EPANB.

Outros passos serão necessários para que se consolide o Plano de Ação, tais como: o refinamento e adoção dos indicadores para monitoramento das Metas Nacionais de Biodiversidade, a ampliação do Plano de Ação, com foco nacional por meio do recebimento de mais adesões e contribuições e a apresentação da EPANB à Conabio.

No processo de elaboração desta segunda versão da EPANB, 231 instituições foram convidadas a aderir ao processo, enviando suas contribuições. Desse universo, 66 instituições contribuíram tanto no texto quanto no Plano de Ação onde 52 contribuíram apenas nas ações. O Plano de Ação recebeu o incremento de cerca de 700 ações no período de outubro a dezembro de 2016, distribuídas nas 20 Metas Nacionais. Após a primeira revisão para eliminação de redundâncias, em abril de 2017, o Plano de Ações conta com 712 ações no total, sendo 68 da SBio e 644 das demais instituições aderentes.

d) Indicar a relação entre o setor diretamente afetado pelo Projeto e outros setores/segmentos sócio-econômicos circunvizinhos

Relatório de Progresso Final do Projeto

1) Universidades e Programas vinculados

Durante o processo de construção da EPANB foram contatadas diferentes instituições e programas vinculados às Universidades, tais como os Programas de Pesquisa Ecológica de Longa Duração (PELD) e as Redes de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio). Recomenda-se, o fortalecimento das Universidades, em diferentes níveis, como ente institucional participante da EPANB, dado o potencial de contribuição por meio de seus diversos programas e projetos ligados à produção de conhecimento científico e à disseminação de informação de qualidade (publicações e disponibilização de bancos de dados) que são essenciais na avaliação dos processos ligados à conservação da biodiversidade.

2) Secretarias, Ministérios e outras esferas de ação

Em relação às instituições que tem potencial para efetivamente ainda contribuir para a EPANB, destacam-se Secretarias, Ministérios e Conselhos detentores de um papel fundamental na implementação de ações estratégicas para o alcance das Metas Nacionais. Com base no cadastro de instituições, foram identificadas aquelas cujas contribuições não foram enviadas, e que em uma fase posterior, tem potencial para agregar novas ações ao Plano. Seguem as instituições que potencialmente podem contribuir (mesmo aquelas que já contribuíram em outras metas), complementando lacunas do Plano de Ação da EPANB, de acordo com as Metas Nacionais de Biodiversidade:

- Meta 2: Integrar os valores da biodiversidade no desenvolvimento inclusive para a erradicação da pobreza e redução da desigualdade - Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza - SESEP/MDSA

- Meta 6: Pesca sustentável - Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP

- Meta 7: Sustentabilidade da agricultura, piscicultura e silvicultura - Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA

- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA

- Meta 10: Reduções de pressões sobre os recifes de coral - Secretaria de Mudança do Clima e Florestas - SMCF

- Meta 11: Expandir e Implementar sistemas de áreas protegidas - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

- Meta 14: Restauração de ecossistemas provedores de serviços essenciais levando em conta as necessidades das mulheres, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades locais, e de pobres e vulneráveis - Secretaria Especial de Política para as Mulheres - SPM/PR; Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais/Rede Pantaneiras - CNPCT; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - ABIP

- Meta 15: Recuperação dos ecossistemas degradados para mitigação e adaptação às mudanças climáticas - Secretaria de Mudança do Clima e Florestas - SMCF

- Meta 17: Elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Biodiversidade - EPANB - Secretarias de Meio Ambiente - ESTADUAIS

- Meta 18: Respeito às populações e conhecimentos tradicionais, incluindo atividades de agricultura familiar - Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo - SMC/MAPA; Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG; Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - Casa Civil/PR; Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais/Rede Pantaneiras - CNPCT; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - ABIP

- Meta 19: Ciência e tecnologia para a biodiversidade, disponibilização de dados - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

3) Iniciativa Privada

Além dos entes governamentais participantes, junto à academia, sociedade civil e financiadoras, ressalta-se, a importância da iniciativa privada como aderente ao processo de implementação do Plano de Ação, não apenas por meio de seus representantes institucionais como Confederação Nacional da Indústria (CNI) ou o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), mas também por meio do engajamento direto das empresas. Importante destacar que a biodiversidade também constitui novas oportunidades de negócios, de forma que as empresas possam ser parte da solução para a conservação da biodiversidade.

4) Povos e Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas

Há que se levar em consideração, ainda, a necessidade de uma maior integração junto aos representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e dos povos indígenas no processo de mobilização e execução das ações. Essa integração deve considerar ações de capacitação e acesso à informação, de forma não apenas a facilitar a participação dos representantes, mas também, em assegurar que essa representatividade resulte em ações concretas

5) Congresso Nacional

O Congresso Nacional, por sua vez, não foi contatado no processo de obtenção de dados para compor o Plano de Ação é responsável pela definição de marcos legais e aprovação de medidas que podem influenciar o alcance das Metas Nacionais, e deve ser considerado como parte essencial no processo de implementação das ações do Plano de Ação.

6 – Avaliação da Implementação

a) Que imprevistos, positivos e negativos, afetaram o desenvolvimento do Projeto? Quais poderiam ter sido previstos?

1) Mudanças na estrutura administrativa do Ministério do Meio Ambiente

Ação:

Realinhamento com os novos dirigentes e mudança de estratégia para a elaboração da EPANB. Foi elaborada e entregue ao Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), inicialmente, uma primeira versão da EPANB focada apenas na Secretaria de Biodiversidade (SBio) do MMA. Após essa entrega deu-se início ao processo de adesão à EPANB das demais instituições de todos os setores da sociedade, o que culminou na participação de 66 instituições na Estratégia, resultando em um Plano de Ação com 721 ações distribuídas entre as 20 Metas Nacionais de Biodiversidade.

2) Maior mobilização dos diferentes setores da sociedade para o fortalecimento da EPANB.

Ação:

Apoio à criação e às reuniões do Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio). Com a missão de "Contribuir para a conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira, promovendo sinergias entre instituições e áreas de conhecimento, disponibilizando informação científica para a sociedade, fomentando capacitações em diversos níveis e subsidiando tomadas de decisão e políticas públicas para o alcance das Metas de Aichi no Brasil", o PainelBio representa uma iniciativa inovadora com potencial para catalisar avanços significativos na conservação da biodiversidade.

Por meio dessa rede voluntária e colaborativa de instituições dos diferentes setores da sociedade, o PainelBio promove sinergias entre instituições e áreas de conhecimento, disponibilizando informação científica para a sociedade, fomentando capacitações em diversos níveis e subsidiando tomadas de decisão e políticas públicas. O PainelBio participou ativamente da elaboração da EPANB, contribuindo para a proposição de indicadores para as Metas Nacionais e trabalhando no fortalecimento da EPANB em vários aspectos. Pretende-se que este fórum multissetorial acompanhe a implementação do Plano de Ação, animando e catalisando os esforços para sua implementação, buscando ampliar a participação social, sobretudo das comunidades tradicionais e povos indígenas, atuando como um catalisador e facilitador da comunicação com a sociedade sobre temas relacionados à biodiversidade.

3) Coordenação da EPANB centralizada em um único Departamento da SBio/MMA.

Ação:

Criação de um Grupo de Trabalho da EPANB no âmbito do MMA. O Grupo de Trabalho coordena a implementação da Estratégia e do Plano de Ação Nacionais, assim como monitora e reporta às Instituições Aderentes, à Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) e sua Câmara Técnica, ao Ministério das Relações Exteriores e à sociedade o andamento da implementação da EPANB e o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020.

b) Os riscos envolvidos foram corretamente identificados?

Sim. Os principais foram:

- 1- Cooperação efetiva das agências e departamentos relevantes permite que os limites das metas de conservação de biodiversidade sejam integrados aos setores relevantes.
- 2- Todas as partes interessadas concordarão com as metas propostas.
- 3- Proteção ambiental continua sendo uma prioridade do governo brasileiro.

c) A estratégia de ação adotada foi adequada?

Relatório de Progresso Final do Projeto

Sim. Segue a descrição do que foi feito.

1. Risco identificado

Cooperação efetiva das agências e departamentos relevantes permite que os limites das metas de conservação de biodiversidade sejam integrados aos setores relevantes.

Ação:

Realização de processo de adesão à Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB). A EPANB reforça o caráter participativo e colaborativo do processo de elaboração e implementação da estratégia face à adesão dos diversos setores da sociedade (MMA e órgãos vinculados; demais ministérios e instituições vinculadas; governos estaduais e locais; representantes da academia, da sociedade civil e do setor privado). As instituições aderentes à EPANB contribuíram com o texto e com o plano de ação, materializando, assim, o compromisso na implementação de ações visando à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade, considerando a repartição equitativa de benefícios provenientes dos recursos biológicos, os aspectos socioculturais, a transversalidade de gênero e a valorização do conhecimento das comunidades tradicionais.

Responsável

DECO/SBio/MMA

2. Risco identificado

Todas as partes interessadas concordarão com as metas propostas.

Ação:

As Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 foram construídas coletivamente. Após a definição das Metas de Aichi na COP-10, em 2010, em Nagoia, buscando aprimorar os resultados nacionais alcançados nos períodos anteriores, foi iniciada uma ampla consulta para a construção coletiva da Estratégia Nacional revisada e das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020, em uma iniciativa conhecida como "Diálogos sobre a Biodiversidade". Durante o ano de 2011, reuniões presenciais foram realizadas com diversos setores da sociedade (governo, academia, empresas, sociedade civil, representantes de povos indígenas e de comunidades tradicionais), que elaboraram propostas de metas alinhadas às 20 Metas de Aichi, considerando a efetividade no seu alcance e monitoramento. Os resultados foram consolidados no chamado "Documento base da consulta pública", que foram posteriormente analisados em reuniões específicas, apresentados na Rio +20 e submetidos à Conabio, que publicou a Resolução nº 06/2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020.

Responsável

DECO/SBio/MMA

3. Risco identificado

Proteção ambiental continua sendo uma prioridade do governo brasileiro.

Ação:

Com o objetivo de construir um Plano de Ação Governamental para implementar e internalizar as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020, o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MPOG) e o Funbio (Fundo Nacional para a Biodiversidade) firmaram uma parceria após o processo de definição das Metas Nacionais de Biodiversidade. A fim de frear as ameaças à biodiversidade nacional, essa etapa incluiu ações e processos em todos os setores do Governo Federal.

Todos os setores do governo em escala federal estiveram envolvidos durante a primeira etapa da definição das bases para o Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, além de participarem da obtenção de subsídios e diretrizes para a preparação do Ciclo seguinte do Planejamento Plurianual – PPA (2016 a 2019). Desse processo participaram 20 Ministérios, Secretarias da Presidência da República e órgãos vinculados.

O que seria inicialmente a formulação de um Plano de Ação Governamental, passou a ser considerado como um processo de estruturação de subsídios para o futuro Plano de Ação. Assim, com o objetivo de transformar o resultado dessas discussões em subsídios para um Plano de Ação Governamental que pudesse fornecer diretrizes para a preparação do ciclo seguinte do PPA (2016-2019), foi feita a correlação entre as Metas Nacionais de Biodiversidade e a árvore de problemas indicou 41 causas prioritárias para o alcance do conjunto das 20 Metas Nacionais. Em abril de 2015, esse resultado foi compartilhado com todos os órgãos públicos que participaram do processo, para servir como linha de base no processo de planejamento e na construção do PPA 2016-2019.

Responsável

DECO/SBio/MMA

d) Que ações poderiam ter evitado o distanciamento entre o planejado e o executado?

Fortalecer a governança da EPANB por meio de um comitê interministerial de alto nível, formado por ministros ou secretários-executivos dos ministérios representados na Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) para promover a integração da biodiversidade nas estratégias e agendas ministeriais e fortalecer a Conabio.

e) O período de tempo proposto para a execução do Projeto foi suficiente? Justificar

Foi necessário reajustar o prazo para a execução do Projeto, especialmente devido à elaboração da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB). Em 2015 a Secretaria de Biodiversidade (SBio) passou por uma reestruturação, o que acarretou em mudanças em termos de alocação de agendas de trabalho e de pessoal. Houve a opção, por parte daquela gestão, de dar um novo desenho ao processo de atualização da Estratégia e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), acarretando em mais tempo, uma vez que os técnicos tiveram que revisitar o projeto, naquilo que já estava sendo feito para adaptá-lo à nova proposta. Além disso, este ano de 2016 foi bastante atípico em termos políticos. No Governo Federal, devido às mudanças decorrentes do processo de impedimento da Presidente da República, implicando na substituição de ministro, secretário e outros cargos de direção, houve em uma paralisação para realinhamento de diversas atividades que vínhamos conduzindo, de forma que tivemos dificuldades em implementar a revisão do Projeto à luz da nova direção.

Apesar dessas dificuldades, a SBio conseguiu avançar na elaboração da EPANB. No documento é apresentado todo o processo participativo que foi levado a termo para a atualização da Estratégia Nacional para a Biodiversidade, com a consolidação das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020, e conta com o 1º módulo do Plano de Ação para a Biodiversidade, referente às informações, ações e projetos sob coordenação da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente – SBio/MMA. Dessa forma, numa iniciativa inovadora, a SBio pauta as Metas Nacionais sob a sua responsabilidade no estabelecimento claro dos compromissos para 2020 calcados em sua capacidade institucional e financeira.

Entretanto, para que a EPANB se tornasse, de fato, nacional e multissetorial, conduzimos um processo de ampliação do foco do Plano de Ação, envolvendo as demais secretarias do MMA e vinculadas, assim como os diferentes setores da sociedade e esferas de governo para que firmassem compromissos e estabelecessem claramente os papéis de cada um dos entes envolvidos. Desta forma, foi possível expandir o foco e as ações contidas na EPANB, uma vez que é necessário o esforço coletivo para assegurar a conservação da biodiversidade.

Desta forma, foi necessário reajustar o prazo de encerramento do projeto para avançarmos na elaboração de uma EPANB ampliada, com a adesão de diferentes instituições e com uma estratégia de monitoramento e comunicação.

f) Avaliar a adequação dos recursos financeiros e não-financeiros utilizados na execução do Projeto

Os recursos financeiros e não financeiros utilizados na execução do projeto foram adequados.

g) Avaliar a eficácia da articulação institucional

Relatório de Progresso Final do Projeto

A articulação institucional foi bastante fortalecida após a criação do PainelBio, em 2014, conforme já relatado anteriormente. Com a missão de "Contribuir para a conservação e uso sustentado da biodiversidade brasileira, promovendo sinergias entre instituições e áreas de conhecimento, disponibilizando informação científica para a sociedade, fomentando capacitações em diversos níveis e subsidiando tomadas de decisão e políticas públicas para o alcance das Metas de Aichi no Brasil", o PainelBio representa uma iniciativa inovadora com potencial para catalisar avanços significativos na conservação da biodiversidade.

Por meio dessa rede voluntária e colaborativa de instituições dos diferentes setores da sociedade, o PainelBio promove sinergias entre instituições e áreas de conhecimento, disponibilizando informação científica para a sociedade, fomentando capacitações em diversos níveis e subsidiando tomadas de decisão e políticas públicas. O PainelBio participou ativamente da elaboração da EPANB, contribuindo para a proposição de indicadores para as Metas Nacionais e trabalhando no fortalecimento da EPANB em vários aspectos. Pretende-se que este fórum multissetorial acompanhe a implementação do Plano de Ação, animando e catalisando os esforços para sua implementação, buscando ampliar a participação social, sobretudo das comunidades tradicionais e povos indígenas, atuando como um catalisador e facilitador da comunicação com a sociedade sobre temas relacionados à biodiversidade.

Seria interessante investir no fortalecimento do Grupo de Trabalho da EPANB no MMA, com envolvimento de outras áreas do próprio ministério, transversais ao tema de biodiversidade como Educação Ambiental, Clima e Comunicação, entre outras, para definição estratégica, alocação de recursos, implementação, elaboração de relatórios nacionais, articulação com a Conabio e comunicação à sociedade dos resultados da implementação da EPANB.

h) Sugestões de monitoramento e documentação mais eficazes

- Fortalecer a governança da EPANB por meio de um comitê interministerial de alto nível, formado por ministros ou secretários-executivos dos ministérios representados na Conabio para promover a integração da biodiversidade nas estratégias e agendas ministeriais e fortalecer a Conabio .

? Implementar o arranjo institucional com papéis, responsabilidades e os instrumentos legais que vão regê-lo. Verificar se há necessidade de um instrumento para instituição da estrutura de Governança ou se os acordos existentes são suficientes.

? Orientar as instituições e programas aderentes à EPANB que cada ponto focal deverá informar os respectivos indicadores e status do andamento das ações propostas.

? Iniciar o processo para fortalecer o GT da EPANB e instituir uma secretaria executiva da EPANB no MMA, viabilizar o desenvolvimento do sistema de informação/banco de dados informatizado do Plano de Ação e os outros requisitos mínimos apresentados no item 3.3.1.

? Identificar e envolver setores da sociedade ainda não representados no Plano de Ação.

? Estabelecer acordos junto às instituições aderentes para definir o cronograma para envio das informações.

Relatório de Progresso Final do Projeto

7 – Sustentabilidade

a) Que medidas foram adotadas para garantir a sustentabilidade do Projeto?

O diálogo é fundamental tanto para a EPANB como para o PainelBio. Para que a estratégia possa de fato alcançar o seu objetivo, ela precisa necessariamente estar amparada por um diálogo que seja amplo e transversal, pois deve refletir uma visão estratégica também transversal, fruto da articulação e da interlocução de diferentes perspectivas, debatidas em um espaço onde encontram um lugar comum - e esse lugar é o PainelBio. Também é preciso destacar que para estabelecer o diálogo permanente é preciso ambiente político, recursos financeiros, e várias pré-condições, havendo a cobrança de que os setores possam ser melhor envolvidos em todos os momentos, sempre com transparência e ampla divulgação.

Ainda há um desconhecimento sobre o potencial da EPANB dentro do próprio MMA, e para lidar com isso de maneira ideal seria necessário um nível de dedicação maior do que há hoje. O ideal seria ter mais pessoas alocadas para explorar todo o potencial da EPANB como instrumento de coordenação e articulação, ponto chave para desenvolver essa demanda. Na tentativa de sanar esse problema, foi criado um Grupo de Trabalho da EPANB, no âmbito do MMA. Esse Grupo de Trabalho faz parte da estrutura de governança da EPANB, e tem como responsabilidade coordenar a implementação da EPANB, assim monitorar e reportar às instituições aderentes, à Conabio e sua Câmara Técnica, ao MRE e à sociedade o andamento da implementação da EPANB e o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020.

Um desafio central envolve promover e sustentar ao longo do tempo o processo de articulação de setores e seus segmentos, de modo a permitir que o processo de consolidação da estratégia reflita toda a diversidade de perspectivas existentes, e que a conservação e o uso sustentável da biodiversidade estejam de fato internalizados nas ações de todos os setores da sociedade.

A visão sobre uma estratégia brasileira de biodiversidade deve comportar, necessariamente, algumas visões diferentes. Promover e sustentar um processo que permita criar e sustentar esses espaços é uma grande questão política e financeira.

O desafio é garantir continuidade para um processo transversal que deve dialogar com os diferentes segmentos do governo e da sociedade como um todo, tendo, porém, a capacidade de manter uma consistência de visão e estratégia, mesmo com mudanças políticas e de atores-chave.

A coordenação entre múltiplos atores não acontece espontaneamente. Uma questão que sempre esteve presente durante o processo se refere a como promover a coordenação de esforços entre instituições e o maior envolvimento de outras organizações. No caso da articulação com organizações não governamentais, houve um grande avanço. Em geral, a organização entre governo e instituições não governamentais é feita com conversas bilaterais, mas a coordenação pelo PainelBio propiciou que as visões de diversos atores fossem alinhadas, promovendo conversas multilaterais, mostrando-se como uma grande oportunidade para sustentar esse papel. Por parte da iniciativa privada, quem se envolve são empresas mais inclinadas à biodiversidade. No entanto, outras empresas ainda não muito participantes do debate ambiental, poderiam envolver-se, tanto para trazer o contraponto, quanto para buscar a conciliação dos conflitos. Falta ainda, também, envolver alguns atores-chave e, em nível governamental que ainda não aderiram à EPANB.

Para auxiliar nesses desafios, foi elaborado com o apoio do Projeto uma análise de abrangência da EPANB. O objetivo geral da análise de abrangência foi verificar se o Plano de Ação construído no processo da EPANB contempla as Metas Nacionais de Biodiversidade e está coerente com os compromissos do Brasil perante à Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Como resultados, foram identificados aspectos importantes para o processo de construção da EPANB, tais como as experiências positivas, os desafios, as lacunas e os pontos de atenção. Dessa forma, será possível orientar a implementação da EPANB até 2020 e sistematizar lições aprendidas para melhorias no planejamento de estratégias futuras. Cabe agora dar andamento às ações apontadas na Análise.

Além disso, pretende-se manter a comunicação e a animação do processo por meio da plataforma web do MMA, Biosfera. Todos os pontos focais das instituições aderentes à EPANB estão inseridos em Grupo de Trabalho da Biosfera, que permite a troca de informações e o acompanhamento das ações, entre outras funcionalidades.

b) Fatores que podem afetar a sustentabilidade do Projeto

A coordenação entre políticas em geral é um problema central a ser abordado no processo, sendo a EPANB uma ferramenta poderosa para promover a coordenação entre políticas públicas para o meio ambiente.

Um desafio ligado a esse perfil de coordenação envolve os compromissos do PainelBio tornarem-se prioritários nas instituições e em seus projetos, trazendo-os para suas agendas para que a EPANB seja prioritária não apenas dentro do governo, mas também em ONGs e empresas.

c) Que medidas a Instituição Nacional Executora recomendaria para aumentar o impacto do Projeto?

O processo de construção da EPANB deve ser encarado como contínuo e como uma oportunidade de construir uma agenda multissetorial focada em biodiversidade de forma a promover a coordenação, a colaboração e a comunicação entre instituições que trabalham em um mesmo núcleo temático.

Fortalecimento institucional do PainelBio e a operacionalização de uma plataforma central de

comunicação e monitoramento da EPANB serão fundamentais para garantir o futuro desse processo e

que a estratégia seja realmente um instrumento orientador de ações coordenadas. E as lições aprendidas

desse processo, em consonância com o engajamento multissetorial crescente, certamente poderão ser

utilizados para alavancar arranjos institucionais semelhantes em outros países. Por fim, um investimento em comunicação

para públicos externos ajudaria a promover a disseminação de informações que ampliem o conhecimento sobre a biodiversidade, seus usos e a necessidade de conservá-la, bem

como sobre a EPANB, sua importância e status de implementação. O objetivo da comunicação externa é promover e realizar estratégias e ações de engajamento que

demonstrem o real apoio e comprometimento das pessoas e dos diversos setores da sociedade na proteção da biodiversidade

Relatório de Progresso Final do Projeto

8 – Conclusões e Recomendações

Um dos principais desafios ligados aos temas desenvolvidos por esse Projeto está em alcançar o equilíbrio entre ouvir os envolvidos e executar em tempo as ações. O desafio é trazer as pessoas e promover participação de modo que se sintam parte do processo, ao mesmo tempo em que se precisa avançar com agilidade no planejamento de ações. Assim, buscou-se um ponto de equilíbrio neste processo, que precisou abrir mão de um pouco de cada um desses aspectos.

O primeiro documento da EPANB focou apenas nas ações da SBio/MMA. Dado o caráter dinâmico e multissetorial da Estratégia, que exige atualizações periódicas, foi conduzido um processo de adesão à EPANB das demais secretarias do MMA e suas vinculadas, além de outras instituições governamentais e não-governamentais. Dessa forma, todos os atores envolvidos na revisão da EPANB tiveram a oportunidade de complementá-la com as ações e iniciativas de sua responsabilidade e que compõem o Plano de Ação para a Biodiversidade, contribuindo para que o País atinja as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020.

Em termos de comunicação, os participantes do PainelBio consideraram que a primeira versão da EPANB poderia ter circulado amplamente, mas acabou sendo restrita ao MMA. Isso ocorreu por uma decisão de se restringir a primeira versão apenas à SBio/MMA, deixando o processo de aporte dos parceiros para a segunda versão da EPANB, prevista para o início de 2017. A primeira versão foi utilizada e apresentada à CONABIO em suas reuniões ordinárias, e ao PainelBio por ocasião da oficina para fortalecimento da EPANB. O recorte da EPANB para atingir apenas ações contidas na SBio resultou em uma sinalização negativa por parte dos parceiros envolvidos nas etapas mais participativas do início do processo, gerando uma sensação momentânea de que foi consolidado um documento que não refletia a riqueza dos debates e da participação social, que por sua vez foi incorporada na sua segunda versão.

Mas, à exceção desse episódio, o processo de construção e atualização da EPANB mostrou-se inovador na maneira de integrar esforços para o alcance de um objetivo comum. As forças do modelo adotado estão na diversidade dos participantes envolvidos, no uso dos indicadores e na internalização do processo na agenda do Ministério do Meio Ambiente.

Um grande avanço obtido foi a consolidação de um grupo multissetorial, representativo e engajado em firmar uma estratégia nacional de biodiversidade e seu monitoramento. O envolvimento dos diversos atores nas consultas, incluindo representantes da sociedade civil, academia e setor privado foi percebido como um facilitador para o sucesso das ações propostas. Assim, também foi importante internalizar as contribuições de quem já realizava ações alinhadas com os objetivos estratégicos. Nesse sentido é fundamental destacar a importância do PainelBio, que mostrou-se um fórum de grande diversidade, consolidando o avanço desse diálogo ampliado, agregador e participativo na construção da EPANB.

Outro ponto bem-sucedido do processo foi o uso de metas e indicadores para avaliar políticas ambientais. O conjunto de indicadores desenvolvidos pelo PainelBio foi muito criterioso e bem discutido, abrangendo todas as metas e considerando as informações existentes disponíveis. O processo seguiu uma metodologia específica, em parceria com o Biodiversity Indicators Partnership (BIP), sendo escolhidos indicadores bem respaldados e legítimos, com esforço para coleta factível, viável e aproveitando esforços que já existiam. Com isso, esse modelo de trabalho torna-se parte da agenda do MMA, visando uma melhor conexão com as discussões internacionais.

A cooperação entre MMA e UICN foi muito interessante politicamente, pois tirou do processo o caráter de exclusividade da iniciativa governamental, colocando na secretaria executiva uma instituição que tem respaldo pela experiência e estrutura.

A coordenação entre políticas em geral é um problema central a ser abordado no processo, sendo a EPANB uma ferramenta poderosa para promover a coordenação entre políticas públicas para o meio ambiente.

Um desafio ligado a esse perfil de coordenação envolve os compromissos do PainelBio tornarem-se prioritários nas instituições e em seus projetos, trazendo-os para suas agendas para que a EPANB seja prioritária não apenas dentro do governo, mas também em ONGs e empresas.

Relatório de Progresso Final do Projeto

9 – Insumos mobilizados e produtos do Projeto

a) Consultores contratados

Documento	Nome do consultor	Período	Valor	Moeda	Função	
Nº do contrato	000113/2017	Agnes de Lemos Velloso	28/6/2017 a 29/9/2017	21.700,00	Real	Contratação de serviços de consultoria pessoa física para realizar tradução do idioma português para o idioma inglês da segunda versão da "Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB)".
Nº do contrato	2014/000118	Agnes de Lemos Velloso	1/4/2014 a 31/12/2015	245.000,00	Real	Contratação de serviços de consultoria pessoa física para prestar apoio técnico, por meio de serviços de assessoria para levantamento, consultas às partes interessadas, processos de estabelecimento dos planos de ação setoriais, ao desenvolvimento da Estratégia e Plano de Ação Nacional de Biodiversidade (NBSAP), bem como para coordenação de estudos, avaliações e sínteses relativas à elaboração do 5º Relatório Nacional (5ºRN) para a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB.
CPF	19716924844	Carlos Eduardo Pianca Marinelli	27/2/2017 a 26/6/2017	36.000,00	Real	Contratação de serviços de consultoria pessoa física para elaborar e sistematizar as fichas técnicas dos indicadores das Metas Nacionais de Biodiversidade, e desenvolver sua metodologia de monitoramento.
Nº do contrato	000063/2015	Rogério Fábio Bittencourt Cabral	6/4/2015 a 5/12/2016	40.000,00	Real	Contratação de serviços de consultoria pessoa física para realizar levantamento de gastos públicos estaduais, federais e do setor privado relacionados à biodiversidade, com base no Projeto "Dimensionamento e Acompanhamento do Gasto Ambiental Federal", conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Serão considerados os dados orçamentários dos governos estaduais e federal, bem como dados disponibilizados por empresas. - CONTRATO RESCINDIDO

b) Equipamentos adquiridos

(Não foi localizado nenhum equipamento adquirido no Relatório Final para o Projeto)

c) Subcontratos firmados

(Não foi localizado nenhum subcontrato firmado no Relatório Final para o Projeto)

d) Treinamentos realizados

(Não foi localizado nenhum treinamento no Relatório Final para o Projeto)

e) Publicações editadas

Título	Referência bibliográfica	Tiragem
Brasil: 5º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica.	Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Brasil: 5º relatório nacional para a Convenção Sobre Diversidade Biológica. Série Biodiversidade; n. 50. Brasília: MMA, 2016. 240 p	400
Fifth National Report to the Convention on Biological Diversity: Brazil	Brazil. Ministry of the Environment. Fifth National Report to the Convention on Biological Diversity: Brazil. Brasília, DF: MMA, 2016. 236 p..	apenas digital
Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade	Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade. Brasília: MMA, 2017. 262 p.	apenas digital

f) Outros insumos

(Não foram localizados outros insumos no Relatório Final para o Projeto)

Local e Data	Preparado por	Assinatura do Diretor/Coordenador
--------------	---------------	-----------------------------------